

<b>NOVO</b>	Periodicidade: <b>Semanal</b>
20-08-2022	Classe: <b>Informação Geral</b>
	Âmbito: <b>Nacional</b>
	Página(s): <b>1,6,7,8,9</b>



## **Susana Coroado: “Os partidos políticos portugueses agem em conluio”** PP. 6-9

Presidente da Transparência Internacional Portugal defende que Marcelo deve assegurar o regular funcionamento das instituições, e não “apaziguar a indignação”

NOVO

20-08-2022

Periodicidade: **Semanal**Classe: **Informação Geral**Âmbito: **Nacional**Pagina(s): **1,6,7,8,9**

Susana Coroado

Presidente da Transparência Internacional Portugal

# “Os partidos políticos portugueses agem em conluio”

Presidente da Transparência Internacional Portugal diz que o Presidente da República deve garantir o regular funcionamento das instituições em vez de “apaziguar a indignação”, defende que “não perder a face” é mais importante para Fernando Medina do que assumir a responsabilidade pelo contrato oferecido a Sérgio Figueiredo e considera “escandaloso” que contratos públicos demorem anos a ser divulgados. Quanto ao *lobbying*, desafia o PS a cumprir as promessas feitas em eleições anteriores

TEXTO  
Leonardo Ralha

**P**residente da Transparência Internacional Portugal desde 2020, a investigadora universitária Susana Coroado diz que os últimos anos foram difíceis para a sua associação e para a luta contra a corrupção. “Vivemos numa época de irresponsabilidade e de falta de consequências face ao incumprimento da lei e das boas práticas”, disse ao NOVO.

**Uma demora superior a quatro anos na publicação de um contrato público do SIRESP no Portal BASE, como a que foi revelada na última edição do NOVO, constitui um atentado contra a transparência?**

É claramente um atentado, pois a transparência não pode ser só um exercício de publicação. A transparência não é um objectivo em si, serve para prevenir determinados actos ou para a descoberta e escrutínio de tais actos. Se algo só é publicado passados quatro anos, isso impede o escrutínio em tempo útil. É escandaloso.

**Não vê que isto se torne menos grave por o Governo garantir que tudo não passou de um esquecimento detectado pelos seus próprios serviços?**

Sou uma crente em que nem tudo tem segundas intenções. Muitas vezes, é uma questão de incompetência. Mas parece-me estranho que um contrato com esta importância não seja publicado. Não estamos propriamente a falar de um pequeno montante ou de contratos de compra de bens e serviços feitos com tanta frequência que acabe por haver um esquecimento.

**A sociedade civil, em particular a Transparência Internacional Portugal, recebe informação suficiente do Estado para escrutinar se a utilização de verbas públicas está a ser feita com os melhores critérios?**

Definitivamente, não. Quando começou o debate sobre os fundos europeus e o dinheiro que iria chegar a Portugal, fomos contactados por associados que nos disseram que tínhamos de criar um portal da transparência. A nossa primeira reacção foi a de estarmos a pôr o carro à frente dos bois. Primeiro, tínhamos de falar das regras de integridade e de atribuição dos fundos que estavam a ser definidas e só

**NOVO**

20-08-2022

Periodicidade: **Semanal**

Classe: **Informação Geral**

Âmbito: **Nacional**

Pagina(s): **1,6,7,8,9**



FOTO CEDIDA

depois podíamos começar a falar de um portal da transparência ou da forma como os dados iam ser trabalhados. Mas salientámos um problema: a Transparência Internacional, ou qualquer outra organização da sociedade civil, não produz dados nem trabalha dados que não existem. É fundamental que as entidades públicas, que têm capacidade de produzir dados, o façam. Só depois é possível trabalhá-los, seja a academia, o jornalismo ou a sociedade civil. Respondendo à sua pergunta, as entidades públicas não dão dados suficientes ou não os dão de forma que possam ser trabalhados. E, quando há falta de dados, o trabalho torna-se muito mais difícil.

**Consegue compreender porque é que os cadernos de encargos estão ausentes da esmagadora maioria dos contratos públicos divulgados no Portal BASE?**

Gostava de dizer que isso não acontece mas, infelizmente, acontece com demasiada frequência. Aliás, quase sempre. Sem os cadernos de encargos, não sabemos se os contratos públicos estão ou não a ser cumpridos, não sabemos a pertinência da contratação e não sabemos o que foi pedido. Por lei, todas as peças de todas as fases da contratação pública têm de estar publicadas. Mas, infelizmente, tal não acontece. Pior, não tenho os dados, não sei se o Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção (IMPIC), que gere o Portal BASE, os tem, mas não me lembro de um único caso em que um contrato tenha sido anulado por falta de publicação no BASE. E a lei prevê que sejam anulados.

**O Tribunal de Contas (TdC) e outras entidades estão a nadar contra a corrente?**

Estaríamos pior se não houvesse o

TdC, o Portal BASE, a Autoridade da Concorrência, o jornalismo de investigação e a sociedade civil. Mas é uma tarefa por vezes difícil e, outras vezes, inglória, pois há pouca disponibilização de todos os dados.

**O que têm conseguido fazer as entidades reguladoras para garantir uma maior transparência em Portugal?**

Apesar de tudo, o TdC tem feito relatórios importantes sobre os contratos públicos, a falta de informação e, sobretudo, o incumprimento de determinadas regras e critérios. Mas a sensação que dá é que vivemos numa época de irresponsabilidade e de falta de consequências face ao incumprimento da lei e das boas práticas. Não há uma aprendizagem e tentativa de não repetir o erro ou de tentar compensá-lo. Há sempre confronto. Vim-lo no mandato do anterior presidente do TdC. Não estou a dizer que o



**Sem os cadernos de encargos, não sabemos se os contratos públicos estão ou não a ser cumpridos, não sabemos a pertinência da contratação e não sabemos o que foi pedido. Por lei, todas as peças de todas as fases da contratação pública têm de estar publicadas\***

actual presidente é melhor ou pior, mas eram conhecidas as discordâncias com entidades públicas como o Governo e a Câmara de Lisboa, por vezes de forma agressiva. O poder político não se dá bem com entidades independentes quando elas são críticas e fazem o seu trabalho. A partir do momento em que há demonstrações públicas com alguma agressividade ou comentários negativos em relação à actuação legítima destas entidades independentes, obviamente que se está a criar uma pressão política.

**Nos antípodas está a situação no Banco de Portugal, onde Mário Centeno passou directamente de ministro das Finanças para governador...**

E veio elogiar medidas que o Governo tomou durante a pandemia, tendo sido ele, enquanto ministro das Finanças, a tomá-las.





Enquanto houver tais passagens directas, até pode haver alguma independência em relação ao poder vigente mas, claramente, não há independência na avaliação das políticas.

**O Presidente da República deveria ter voz mais activa nas questões da transparência?**

Já demonstrou várias vezes preocupação quanto a estas matérias, sobretudo a utilização dos fundos europeus. Mas parece que, quando há, de facto, um problema, já não é tão vocal. Era óptimo que, usando a sua magistratura de influência, trouxesse para o debate público e para as preocupações públicas as questões da luta contra a corrupção e da boa gestão da coisa pública. E da qualidade das instituições, pois temos visto nos últimos anos uma degradação, sobretudo das instituições independentes de controlo de governos e demais entidades públicas. Temos um Presidente da República que deveria defender o regular funcionamento das instituições e, por vezes, tenta mais apaziguar o debate e a indignação.

**O apaziguamento é uma nota dominante dos mandatos de Marcelo Rebelo de Sousa...**

Mas com essa cumplicidade, para não criar ondas, as instituições ficam cada vez mais fracas.

**Sérgio Figueiredo poupou um enorme embaraço a Fernando Medina e a António Costa ao desistir de ser consultor externo do Ministério das Finanças nas circunstâncias e com a remuneração que foram divulgadas?**

Poderá ter tentado poupar o embaraço, mas não o conseguiu. Em primeiro lugar, porque o embaraço foi criado com a contratação em si. O facto de não ir avante não apaga a intenção nem o contrato. Depois, porque assume o ónus da renúncia, mas não tem esse dever. Quem tem a responsabilidade de preservar o interesse público, de agir com isenção e de prestar contas aos cidadãos e ao Parlamento é o ministro das Finanças. Por último, porque o comunicado do Ministério das Finanças lamentando a decisão de Sérgio Figueiredo só prova que o ministro mantém orgulhosamente a sua decisão. Parece que não perdera face é mais importante para Fernando



Temos um Presidente da República que deveria defender o regular funcionamento das instituições e, por vezes, tenta mais apaziguar o debate e a indignação. Com essa cumplicidade, para não criar ondas, as instituições ficam cada vez mais fracas

responsabilidades, reteteu-se o consultor mas manteve-se o embaraço.

**Olhando para o Governo, para o PS e para os partidos da oposição, consegue identificar boas práticas no que toca à promoção da transparência?**

Antes das legislativas, em Dezembro de 2021, lançámos algumas ideias que os partidos e o Governo poderiam adoptar, colocando-as nos manifestos eleitorais ou revelando as suas reuniões com grupos de interesses – os chamados lóbbis. Mas, a menos que me tenha escapado informação, ninguém adoptou essas boas práticas. Por exemplo, o Governo lançou, em 2021, um projecto político para criar uma pegada legislativa, fazendo um historial de quem foi consultado. Mas se o Governo considera que fazer a listagem das pessoas e entidades ouvidas é uma pegada legislativa, então temos problemas de conceito. E é pena, porque para tais questões não é preciso uma lei. Cada membro do Governo, entidade pública ou deputado pode, por sua livre e espontânea vontade, publicá-las.

**A garantia do PAN de que a regulação do lobbying voltará à Assembleia da República na próxima sessão legislativa é um passo no bom sentido?**

É, mas discutimos a regulação do lobbying desde 2015. Os projectos estão praticamente fechados, mas nunca avançam. O PAN tem tido um papel muito importante nesta discussão e, na legislatura anterior, apresentou a proposta mais sólida e progressista, mas a regulação do lobbying não vai ser aprovada sem o PS e o PSD. E, em 2019, a lei estava praticamente aprovada – foi rejeitada pelo Presidente da República porque ele queria mais transparência – mas voltou para o Parlamento e o PSD disse que iria ter de pensar melhor. Já em

Janeiro, foi o PS a obscuratizar.

Claramente que nesses dois partidos há forças que querem a regulação do lobbying e outras forças que não a querem. Num contexto de maioria absoluta, é o PS que tem de decidir se quer cumprir promessas que fez em eleições anteriores ou não.

**A esse propósito, escreveu nas redes sociais o ex-deputado do PS José Magalhães: “A lei estava pronta e foi mandada estacionar no último minuto da horrenda XIV legislatura. Sou testemunha da forma obscura como essa ordem veio de cima. Sem razão nenhuma a não ser prolongar a bagunça com que se oculta com quem reúnem os decisores que hoje em dia estão alojados na Presidência do Conselho, por onde passa toda a legislação que importa.” Isto merece-lhe algum comentário?**

Já ficamos a saber de onde vem esse desconforto dentro do PS e porque é que a legislação não avança. Uma pergunta que surge sempre é quem é contra a regulação do lobbying. Quem é a favor é muito vocal, sejam agências de comunicação ou empresas de lobbying – não há muitas em Portugal – e políticos. O PCP e o Bloco de Esquerda explicam porque são contra e têm preocupações que me parecem legítimas, embora não esteja de acordo. Mas, depois, há uma opacidade em que nunca se sabe porque não avança a regulação. Começamos a perceber que é mais ao nível do Governo.

A Assembleia da República tem níveis de transparência relativamente altos, pois as comissões parlamentares publicam os pareceres que recebem e as audiências que fazem.

Obviamente que não sabemos quem influencia os grupos parlamentares e há muito a fazer no Parlamento quanto à gestão de



FOTO CEDIDA

NOVO

20-08-2022

Periodicidade: **Semanal**

Classe: **Informação Geral**

Âmbito: **Nacional**

Página(s): **1,6,7,8,9**



“  
**Há dois fenómenos muito preocupantes: a degradação das instituições e a falta de responsabilidade pública e política. Não só em Portugal. Vemos o que se tem passado no Reino Unido, na Hungria, na Polónia, mesmo em França e na Espanha. Acontecer noutros países só me traz mais preocupação”**

conflitos de interesses, mas no Governo não temos sequer acesso aos decretos-lei antes de serem publicados. Isso ficou patente no último Regime Geral de Prevenção da Corrupção. Sabia-se, pelo Relatório do Estado de Direito, que o decreto tinha sido aprovado, mas ninguém sabia mais nada. Esteve seis meses parado, não se sabe se do lado do Governo ou da Presidência da República. Depois ficámos a saber que o Presidente promulgou o decreto, mas só o vimos ao ser publicado em Diário da República. Se tivesse algo extremamente escandaloso – e, na minha opinião, tem, pois há muitas falhas, sobretudo no desenho institucional do mecanismo –, não havia forma de tentar evitar que a lei fosse publicada assim ou de tentar melhorá-la. Só tem acesso quem tem o número de telefone do ministro ou do secretário de Estado.

**Crê em avanços relevantes na legislação sobre financiamento de partidos e campanhas eleitorais?**

Isso está proposto ao de leve na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção, que imagino esteja esquecida, pois nunca mais ouvimos falar dela. Uma das propostas, feita de forma muito vaga, é que se devia estudar como melhorar a transparência das contas dos partidos. O problema é que, em altura de maioria absoluta, isto não é fácil, mas mesmo sem maioria absoluta é muito difícil fazer uma lei de financiamento político adequada. Existe em Portugal a tradição de não se fazer procedimentos legislativos abertos e com calma, para que as questões sejam estudadas e para olhar para exemplos internacionais e avaliar riscos. Quais são os problemas do financiamento político em Portugal? Não sabemos se é o financiamento ilícito de empresas, através de recolha de donativos, se os candidatos dão muito dinheiro, se há desvio de dinheiro público para os partidos... Não sabemos nada. E, como não sabemos os riscos, também não sabemos como melhorar a legislação.

**Seria necessário haver whistleblowers dentro dos partidos?**

A Entidade das Contas e Financiamentos Políticos e os seus ex-presidentes poderiam fazer uma avaliação daquilo que viram de forma informal. As formalidades estão definidas: às vezes é um papel que falta, uma despesa na rubrica errada. É preciso perceber bem o que informalmente foram vendido. E só então fazer uma lei. E o segundo problema é que, se olharmos para a Lei de Financiamento Político, vemos que anda constantemente a ser alterada em pormenores. Vão-se fazendo favores em que se ajusta aqui por dar jeito a determinado partido e, daqui a uns anos, ajusta-se ali por dar jeito a outro. Nesse sentido, os partidos políticos portugueses agem em conluio. Ajudam-se uns aos outros nestas matérias e, muitas vezes, as alterações são decididas à porta fechada, como há uns anos, com uma alteração da Lei de Financiamento Político a ser feita entre o Natal e o fim de ano, numa reunião sem acta.

**Não vê que os partidos que se posicionam mais à esquerda e mais à direita possam escapar a esse conluio?**

Não, porque todos beneficiam. É o problema da auto-regulação: ninguém é bom juiz em causa própria. É um daqueles casos em que seria fundamental abertura à sociedade civil, até fazendo uma assembleia de cidadãos, para haver mais contribuições e uma lei que não fosse só feita pelos próprios. Todos os partidos precisam de dinheiro e não podemos ter ilusões de que a democracia se faz, sem dinheiro. Mas seria importante perceber para que é que precisam de dinheiro. Se calhar, cada um tem necessidades diferentes: uns precisam de captar militantes, outros de quadros técnicos para elaborar boas propostas eleitorais. Era importante que fizessem essa auto-avaliação e dissessem aos cidadãos que estão a precisar de fundos para isto ou aquilo. Seria mais fácil fazer o debate de forma transparente e sincera, sem desconfianças de parte a parte.

**Como avalia os primeiros dois anos do mandato da sua direcção na Transparência Internacional Portugal?**

Foram dois anos de pandemia, estranhos para toda a gente, e a associação foi difícil de gerir. Temos uma equipa pequena e o trabalho à distância traz vantagens, mas também desvantagens. E também houve excesso de temas: de repente caiu-nos no colo a questão dos fundos europeus e foi difícil passar a mensagem de que, numa altura de emergência nacional e mundial, era preciso fazer as coisas bem feitas. Quando foi da alteração da lei de contratação pública para facilitar a utilização dos fundos, em que não fomos os únicos – o TdC, a Inspeção-Geral de Finanças... – a avisar que se criaram demasiados alçaques que poderiam gerar corrupção e conluio, toda a gente dizia que tínhamos excesso de burocracia. Dois anos depois há imensa burocracia no papel, muitos fundos ainda não foram atribuídos, mas já temos problemas com fundos que não se sabe para onde estão a ir e regras de contratação pública extremamente facilitadas. Por outro lado, apesar de termos sido críticos em muitos aspectos, temos uma Estratégia Nacional contra a Corrupção que é um documento de trabalho em que podemos vincular o Governo e as entidades públicas, e que teve outra vantagem. Precisamente porque a utilização de fundos noutras décadas teve tantos problemas, agora há uma sociedade civil e instituições públicas preocupadas com isto. A Procuradoria-Geral da República criou o *think tank* dos fundos europeus e o Presidente da República, em certa medida, também se preocupou. Mas a questão é que não basta sensibilidade, pois é preciso acção.

**Há dois anos disse que ficaria feliz se, um dia, a sua associação não tivesse razão de existir. Mantém essa ideia?**

Sim. No que dia em que tiver cumprido a sua missão, não fará sentido continuar a existir. Seria o seu maior sucesso termos um país com instituições robustas o suficiente para prevenir, detectar e punir a corrupção.

**Acredita que esse momento esteja no horizonte?**

Não. Aliás, temo que, pela evolução das tendências mundiais, estejamos a piorar. Há dois fenómenos muito preocupantes: a degradação das instituições e a falta de responsabilidade pública e política. Não acontece só em Portugal. Vemos o que se tem passado no Reino Unido, na Hungria, na Polónia, mesmo em França e na Espanha. Acontecer noutros países só me traz mais preocupação, pois significa que há tendências internacionais e que as referências se vão degradando. Estamos naquela fase em que só os cidadãos poderão salvar a democracia.